

Referências Bibliográficas

AMARANTE, Paulo. (org). **Loucos pela vida:** a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz/ Escola Nacional de Saúde Pública, 1995.

ARRIAGADA, Irma. **Famílias latinoamericanas:** diagnóstico y políticas públicas en los inicios del nuevo siglo. Santiago: Cepal, 2001 (Serie Políticas Sociales, 57).

BANDEIRA, Marina; BARROSO, Sabrina Martins. Sobrecarga das famílias de pacientes psiquiátricos. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 54, n. 1, p. 34-46, 2005.

BELFER, Myron Lowell. Child and adolescent mental disorders: the magnitude of the problem across the globe. **The Journal of Child Psychology and Psychiatry**, v.49, n. 3, p. 226-236, 2008.

BELFER, Myron Lowell; ROHDE, Luis Augusto. Child and adolescent mental health in Latin America and the Caribbean: problems, progress, and policy research. **Rev Panam Salud Publica**, Washington, v.18, n. 4-5, oct./nov. 2005.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 1, de 12 de março de 2008.

BRASIL. Portaria Normativa Interministerial nº 18, de 24 de abril de 2007.

BRASIL. Lei nº 11.441, de 04 de janeiro de 2007.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993.

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990a.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro 1990b.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990c.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Outubro de 1988.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. Mental health in the 21st century. **Bull World Health Organ**, Genebra, v. 78, n. 4, p. 411, 2000.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Políticas públicas voltadas para a família: tendências e desafios. In: **O Social em Questão**, v. 9, n. 14, jul, 2005.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Famílias e políticas públicas. In: ACOSTA, Ana Rojas e VITALE, Maria Amália Faller (orgs). **Família: redes, laços e políticas públicas**. S.P: IEE/PUC-SP, 2003.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. et al. **A Família contemporânea em debate**. São Paulo: IEE/PUC-SP e Fapesp, 1995.

COSTA, Antônio Carlos Gomes et al. **Brasil – Criança – Urgente**. São Paulo: Columbus Cultural Editora, 1989.

COUTO, Maria Cristina Ventura. Trilhando novos caminhos: a política pública de saúde mental para crianças e adolescentes. In: GUERRA, Andréa Maris Campos (org). **A clínica da criança com transtorno do desenvolvimento**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2003.

COUTO, Maria Cristina Ventura. In: **Cadernos de textos da III Conferência Nacional de Saúde Mental**. Ministério da Saúde: Brasília – DF, 2001.

DUARTE, Cristiane et al. Child mental health in Latin America: present and future epidemiology research. **International Journal of Psychiatry in Medicine**, v. 33; n. 3, 2003.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO (org). **Textos de apoio em saúde mental**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995.

FERRARINI, A. V. **A construção social da terapia: uma experiência com redes sociais e grupos multifamiliares**. Porto Alegre: Ed. Metrópole, 1998.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. 14ª. Ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympo Editora, 1969.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 2, p. 357-363, 2005.

GOLDBERG, Jairo. **A clínica da psicose**. Rio de Janeiro: Te Corá: Instituto Franco Basaglia, 1996.

IBGE. **Indicadores Sociais com Base no PNUD de 2004**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

IBGE. **Censo Demográfico de 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

JACOB, K. S. et al. Mental Health systems in countries: where are we now? **Lancet** (2007) published online Sept 4. DOI: 10.1016/S0140-6736(07)61241-0.

KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (org). **Família brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Editora Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1994.

KESSLER, Ronald C. Epidemiología psiquiátrica: algunos avances recientes y futuras orientaciones. **Boletín de la Organización Mundial de la Salud**. Recompilación de artículos n. 3, 2000.

LAURIDSEN-RIBEIRO, Edith; TANAKA, Oswaldo Yoshimi. **Problemas de saúde mental das crianças: abordagem na atenção básica**. São Paulo: Annablume, 2005.

LOBO, Lilia Ferreira. A criança anormal no Brasil: uma história genealógica. In: RIZZINI, Irma (Org). **Crianças desvalidas, indígenas e negras no Brasil: Cenas da Colônia, do Império e da República**. Rio de Janeiro: Ed, Universidade Santa Úrsula, 2000.

LOBO, Lilia Ferreira. **Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil**. Tese de Doutorado apresentada na Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1997.

MACHADO, Martha de Toledo. **A proteção constitucional de crianças e adolescentes e os direitos humanos**. Barueri, SP: Manole, 2003.

MATHEWS, Carol A. et al. Cultural influences on diagnosis and perception of Tourette Syndrome in Costa Rica. **J Am Acad Child Adolesc Psychiatry**, v.40, n. 4, p. 456-463, 2001.

MARTIN, Viviane Barrére; ANGELO, Margareth. A organização familiar para o cuidado dos filhos: percepção das mães em uma comunidade de baixa renda. **Revista Latino-am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 7, n. 4, p. 89-95, outubro de 1999.

MEDEIROS, Marcelo. **A trajetória do welfare state no Brasil**: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990. Brasília: IPEA, Texto para Discussão No. 852, 2001.

MELMAN, Jonas. **Família e doença mental**: repensando a relação entre profissionais de saúde e familiares. São Paulo: Escrituras, 2002.

MELMAN, Jonas. Intervenções familiares no campo da reforma psiquiátrica. In: FERNANDES, Maria Inês Assumpção (org). **Fim de século**: ainda manicômios. São Paulo: Instituto de Psicologia/USP, 1999, p. 171-186.

MENEZES, Cristiane Diniz de. **Políticas públicas de saúde mental**: qual o lugar para a família? Rio de Janeiro, 2006. 60p. Monografia (especialização em terapia familiar) – Instituto de Psiquiatria/IPUB, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Saúde Mental no SUS**: acesso ao tratamento e mudança do modelo de atenção– Relatório de Gestão 2003-2006. Brasília, DF: Editora MS, 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Caminhos para uma Política de Saúde Mental Infanto-Juvenil**. Brasília, DF: Editora MS, 2005.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Legislação em Saúde Mental 1990-2004**. Brasília, DF: Editora MS, 2004a.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Saúde Mental no SUS**: Os centros de atenção psicossocial. Brasília, DF: Editora MS, 2004b.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Residências terapêuticas**: o que são, para que servem. Brasília, DF: Editora MS, 2004c.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília, DF, dezembro de 2006a.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social – Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social** (Versão Preliminar). Brasília, DF, junho de 2006b.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Norma Operacional Básica – NOB / SUAS: Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, DF, julho de 2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, MDS/SNAS, novembro de 2004.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (orgs) **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez Ed, 2004.

MORAES, Edson Sêda. Infância, adolescência e minoridade na Constituição de 1988. In: COSTA et al. **Brasil – Criança – Urgente**. São Paulo: Columbus Cultural Editora, 1989.

MOTTI, Edson Silva e Ângelo (coord). **Estatuto da Criança e do Adolescente: uma década de direitos – avaliando resultados e projetando o futuro**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2001.

NEGREIROS, Teresa Creusa de Góes Monteiro; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Masculino e feminino na família contemporânea. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, Rio de Janeiro, ano 4 n. 1, p. 34-47, 1^o Semestre de 2004.

NIKAPOTA, A. D. **Recognition and management of children with functional complaints: A training package for primary care physician**. New Delhi: WHO Regional Office for South-East Asia, 1993.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Livro de recursos da OMS sobre saúde mental, direitos humanos e legislação: cuidar, sim – excluir, não**. Genebra: Organização Mundial de Saúde, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório sobre a saúde no mundo 2001 - Saúde mental:** Nova Conceção, Nova Esperança. Genebra: Organização Mundial de Saúde, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10:** descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. 351 p. ISBN 8573077247 (broch.)

PATEL, Vikram. Mental Health in low and middle-income countries. **British Medical Bulletin**, v. 81 e 82, p. 81-96, 2007.

PATEL, Vikram; KLEINMAN, Arthur. Poverty and common mental disorders in developing countries. **Bulletin of the World Health Organization**, v. 81, n. 8, 2003.

PAULA, Cristiane S.; DUARTE, Cristiane S.; BORDIN, Isabel A. S. Prevalence of mental health problems in children and adolescents from the outskirts of Sao Paulo City: treatment needs and service capacity evaluation. **Rev. Bras. Psiquiatr.**, v. 29, n. 1, p. 11-17, mar 2007.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (orgs) **Política Social, Família e Juventude:** Uma questão de direitos. São Paulo: Cortez Ed. 2004.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da saúde mental infantil: a criança brasileira da Colônia à República Velha. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 11, n. 1, 2006.

RIZZINI, Irene (coord). **Do confinamento ao acolhimento** – Institucionalização de crianças e adolescentes com deficiência: desafios e caminhos. Rio de Janeiro: CIESPI/PUC-Rio, 2008.

RIZZINI, Irene; CASSANIGA, Neide (orgs). **Researching support for families:** an example from a low-income community in Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CIESPI/ A 4 Mãos Comunicação e Design, 2007.

RIZZINI, Irene (coord). **Acolhendo crianças e adolescentes:** experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF; Rio de Janeiro: CIESPI/PUC-Rio, 2006.

RIZZINI, Irene. Crianças, adolescentes e suas bases familiares: tendências e preocupações globais In: SOUSA, Sônia e RIZZINI, Irene (coords). **Desenhos de Família** – Criando filhos: a família goianiense e os elos parentais. Goiânia: Cânone Editorial, 2001.

RIZZINI, Irene; BARKER, Gary; CASSANIGA, Neide. **Criança não é risco, é oportunidade:** fortalecendo as bases de apoio familiares e comunitárias para crianças e adolescentes. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária: Instituto Promundo, 2000.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores do pátrio poder ao pátrio dever. In: PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças:** a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995.

ROSA, Lúcia Cristina dos Santos. **Transtorno mental e o cuidado na família.** São Paulo: Cortez, 2003.

ROSA, Lúcia Cristina dos Santos. As condições da família brasileira de baixa renda no provimento de cuidados com o portador de transtorno mental. In Vasconcelos, Eduardo Mourão (org). **Saúde mental e serviço social:** o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2000.

SAMPAIO, Daniel. **Inventem-se novos pais:** construindo uma relação mais sólida e confiável entre pais e filhos. São Paulo: Editora Gente, 2004.

SANTOS, Darci Neves dos. et al. Atendimento em psiquiatria da infância e adolescência em serviços públicos de Salvador. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 29, n. 1, p. 35-42, jan/jun, 2005.

SANTOS, Marisa Ferreira dos. Benefício de prestação continuada e proteção social no Brasil – limites e perspectivas. In: SPOSATI, Aldaíza (org). **Proteção social de cidadania:** inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal. São Paulo: Cortez, 2004.

SÊDA, Edson. Dez anos de cidadania. In: MOTTI, Edson Silva e Ângelo (coord). **10 anos de Estatuto:** a construção da cidadania da criança e do adolescente. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2001.

SES-RJ/ASM. **Fórum Inter-Institucional para o atendimento em saúde mental de crianças e adolescentes no Estado do Rio de Janeiro**, 2002.

SHATKIN, Jess. P.; BELFER, Myron Lowell. The global absence of child and adolescent mental health policy. **Child and Adolescent mental health**, v.9, n.3, p. 104-108, 2004.

SILVA, Enid Rocha Andrade da (coord) **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA, 2004.

SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho de. **A importância de se conhecer melhor as famílias para a elaboração de políticas sociais na América Latina**. Brasília: IPEA, Texto para Discussão No. 699, 2000.

VENÂNCIO, Ana Teresa A. História da política assistencial à doença mental (1941-1956): O caso da Colônia Juliano Moreira no Rio de Janeiro. In: **XXIV Simpósio Nacional de História**, 2007.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Atlas: child and adolescent mental health resources: global concern: implications for the future**. Geneva, World Health Organization, 2005a.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Mental Health Policy and Service Guidance Package: Child and Adolescent Mental Health Policies and Plans**. Geneva: WHO, Department of Mental Health and Substance Dependence, 2005b.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Promoting Mental Health: concepts, emerging evidence, practice: summary report**. Geneva, World Health Organization, 2004.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Caring for children and adolescents with mental disorders: Setting WHO directions**. Geneva, World Health Organization, 2003a.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Child and adolescent mental health. Fact sheet. Available: http://www.who.int/child-adolescent-health/New_Publications/ADH/mental_health_factsheet.pdf, November, 2003b.

Anexo

Tabela 3: A evolução dos Direitos Sociais através das Constituições brasileiras

Constituição de 1891	Constituição de 1934	Constituição de 1937	Constituição de 1946	Constituição de 1967	Constituição de 1969	Constituição de 1988
- “livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial” (Couto, 2006, p. 91)	- “legislação trabalhista; - proibição de diferença de salário para o mesmo trabalho; - salário mínimo; - jornada diária de oito horas de trabalho; Proibição do trabalho de menores de 14 anos, do trabalho noturno para menores de 16 anos, do trabalho insalubre para menores de 18 anos e mulheres; - repouso remunerado; - férias anuais remuneradas; - indenização por dispensa do trabalho sem justa causa; - regulamentação especial para o trabalho agrícola; - domínio do sola após dez anos de ocupação da terra (garantidos dez hectares); - amparo aos desvalidos; - estimular a educação eugênica; - amparo à maternidade e à infância; - atendimento às famílias com	- “ensinos pré-vocacional e educacional e destinados às classes menos favorecidas, enquanto prioridade do Estado; - amparo à infância e à juventude; - aos pais miseráveis assiste o direito de serem auxiliados na educação da prole; - ensino primário obrigatório e gratuito; - legislação trabalhista; - proibição de diferença de salário para o mesmo trabalho; - salário mínimo regional; - jornada diária de oito horas de trabalho; - proibição do trabalho de menores de 14 anos, do trabalho noturno para menores de 16 anos, do trabalho insalubre para menores de 18 anos e mulheres; - repouso remunerado; - férias anuais remuneradas; - indenização por dispensa do	- “direito ao trabalho; - uso da propriedade condicionado ao bem-estar social; - salário mínimo para satisfazer as necessidades dos trabalhadores e de sua família; - jornada diária de oito horas de trabalho; - proibição de salário desigual para o mesmo trabalho por motivo de sexo, nacionalidade ou estado civil; - salário de trabalho noturno superior ao do diurno; - participação dos trabalhadores nos lucros da empresa; - higiene e segurança no trabalho; - proibição do trabalho de menores de 14 anos e de mulheres e menores de 18 anos em indústrias insalubres; - direito da gestante de descanso antes e depois do parto; - estabilidade no emprego e indenização na dispensa do	- “direito ao trabalho; - valorização do trabalho como condição de dignidade humana; - função social da propriedade; - proibição de greve em serviço público e serviços essenciais; - salário mínimo para satisfação de necessidades de trabalho e familiar; - salário-família; - proibição de diferenças de salário e de critérios de admissão por sexo, cor e estado civil; - salário do trabalho noturno superior ao do diurno; Participação dos trabalhadores nos lucros das empresas; - jornada diária de oito horas; - repouso semanal remunerado; - férias anuais remuneradas; - higiene e segurança do trabalho; - proibição do trabalho aos	- “direito ao trabalho; - salário do trabalho noturno superior ao do diurno; - participação dos trabalhadores nos lucros das empresas; - jornada diária de oito horas; - repouso semanal remunerado; - férias anuais remuneradas; - higiene e segurança no trabalho; Proibição do trabalho aos menores de 12 anos, de trabalho noturno aos menores de 18 anos, do trabalho insalubre para mulheres e para os menores de 18 anos; - descanso remunerado a gestante, antes e após o parto; - salário-família; - aposentadoria para mulheres com 30 anos de trabalho; - proibição de greve em serviços públicos e atividades essenciais;	- “redução da jornada semanal de trabalho de 48 horas para 44 horas; - férias anuais remuneradas com mais um terço de salário; - extensão do FGTS a todos os trabalhadores; - licença-paternidade; - direitos iguais aos trabalhadores urbanos, rurais e domésticos; - vinculação da aposentadoria ao salário mínimo; - extensão aos aposentados dos benefícios concedidos aos trabalhadores ativos; - ampliação de 90 para 120 dias do período de licença-gestante; - reconhecimento do direito de greve e de autonomia e liberdade sindical; - inclusão do seguro-desemprego como direito dos trabalhadores urbanos e rurais; - universalização do ensino fundamental;

	<p>prole numerosa; - direito à educação integral e gratuita” (p. 99)</p>	<p>trabalho sem justa causa; - -necessidade de reconhecimento do sindicato pelo Estado; - greve considerada anti-social e nociva” (p.101).</p>	<p>trabalhador urbano e rural; - convenção coletiva de trabalho; - assistência aos desempregados; - previdência com contribuição dos trabalhadores, dos empregadores e da União; - seguro para acidente de trabalho; - reconhecimento do direito de greve; - educação primária gratuita e obrigatória; - empresas industriais, comerciais e agrícolas com mais de 100 empregados são obrigadas a manter ensino primário e de aprendizagem ao trabalho; - repouso semanal remunerado; - férias anuais remuneradas; - indenização por dispensa do trabalho sem justa causa; - assistência à maternidade, à infância e à adolescência” (p. 106).</p>	<p>menores de 12 anos, de trabalho noturno aos menores de 18 anos, do trabalho insalubre para mulheres e para os menores de 18 anos; - descanso remunerado a gestantes, antes e após o parto; - Previdência Social; - assistência sanitária, hospitalar e médica preventiva aos trabalhadores; - lei especial disporá sobre a assistência à maternidade, à infância e à adolescência e sobre a educação aos excepcionais; - direito à educação primária” (p. 124).</p>	<p>- lei especial disporá sobre assistência à maternidade, à infância e à adolescência e à educação de excepcionais; - necessidade de apontar fonte de custeio para benefícios assistenciais” (p.126).</p>	<p>destinação de recursos públicos para esse nível de ensino e para a erradicação analfabetismo; - gratuidade do ensino público em todos os níveis; - transformação da creche em um serviço educacional; - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços; - irredutibilidade do valor dos benefícios; - diversidade de sua base de financiamento; - gestão administrativa descentralizada e com controle social; - acesso a todo serviço de saúde, com os princípios da universalidade e da equidade; - reconhecimento da assistência social como componente da seguridade social; - salário-mínimo para idosos e portadores de deficiência que não puderem se manter” (p. 157).</p>
--	--	--	---	--	--	--

Fonte: Couto (2006).